

Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

Karina Evangelista Cruz

RELATÓRIOS CONTÁBEIS GOVERNAMENTAIS PARA O CIDADÃO: UMA
RELEITURA DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

Brasília

2023

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Karina Evangelista Cruz

RELATÓRIOS CONTÁBEIS GOVERNAMENTAIS PARA O CIDADÃO: UMA
RELEITURA DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis
e Atuariais da Universidade de Brasília, como
requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa
em Ciências Contábeis e consequente obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Dra. Diana Vaz de Lima

Brasília

2023

*Dedico este trabalho à minha mãe, Helena
Lucas Evangelista Duarte.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Helena Lucas Evangelista Duarte, por sempre estar ao meu lado e lutar para que eu chegasse até onde cheguei hoje.

À minhas amigas, Laura Cristina Gomes Vilela e Sabrina Gomes de Oliveira, por me acompanharem em toda a caminhada da graduação e sempre me ajudar em tudo que conseguiram.

Ao meu namorado, Fabrício Rodrigues Neves, por me apoiar, incentivar e ajudar no que foi preciso.

À minha orientadora, Profa. Dra. Diana Vaz de Lima, que acreditou no meu potencial e me orientou da melhor forma possível.

RELATÓRIOS CONTÁBEIS GOVERNAMENTAIS PARA O CIDADÃO: UMA RELEITURA DO BALANÇO GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

Resumo

Os Relatórios Financeiros Populares (RFPs) têm sido estudados na academia como um caminho para a compreensão dos relatórios financeiros governamentais, o que pode contribuir para uma participação mais efetiva dos cidadãos visando ao controle social. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo apresentar uma releitura dos balanços gerais publicados pelos entes federados brasileiros à luz da literatura de RFPs, a partir da experiência do Balanço Geral do Governo do Estado de Goiás relativo ao exercício financeiro de 2021. Inicialmente, observando os marcadores da literatura e com a ajuda da equipe da Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás, as informações do relatório original foram divididas por áreas temáticas, consolidadas em grandes números – receita total arrecadada e suas fontes de recursos, e despesa total executada e suas destinações de recursos. Em seguida, a partir de modelos nacionais e internacionais de RFPs, com o uso da Plataforma Canva® e com a ajuda de uma especialista que atua em comunicação social há mais de 20 anos, foi apresentada uma proposta de leiaute absorvendo as principais características de RFPs: com menor detalhamento das informações, em linguagem simples e usando um visual apelativo. Ao mostrar a viabilidade de se desenvolver uma proposta de RFP a partir de um relatório oficial que periodicamente é publicado para atender a exigências legais, a expectativa é que os relatórios financeiros populares passem também a compor o rol de relatórios governamentais a serem divulgados pelos entes federados brasileiros.

Palavras-chave: Relatórios Financeiros Populares; Cidadão; Transparência; Estado de Goiás.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	6
	2.2 Caracterização dos Relatórios Financeiros Populares.....	10
	2.3 Relatórios Financeiros Populares como Instrumento de Controle Social.....	13
	2.4 Relatórios para o Cidadão: experiências internacionais.....	15
	2.4.1 <i>Experiência do Governo das Filipinas.....</i>	15
	2.4.2 <i>Experiência do Governo da República Unida da Tanzânia.....</i>	17
	2.4.3 <i>Experiência do Governo de Gana.....</i>	19
	2.4.4 <i>Experiência do Governo da Argentina.....</i>	19
	2.4.5 <i>Experiência do Governo de Gambia.....</i>	20
	2.5 Relatórios para o Cidadão: experiências nacionais.....	21
	2.5.1 <i>Caso da comunidade Itapebi.....</i>	21
	2.5.2 <i>Experiência do Estado da Bahia.....</i>	22
	2.5.3 <i>Experiência do Estado de Santa Catarina.....</i>	23
3	METODOLOGIA.....	24
	3.1 Do Relatório Objeto do Estudo de Caso.....	25
	3.2 Criando um Visual Apelativo.....	27
4	RESULTADOS.....	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34

1 INTRODUÇÃO

Os cidadãos têm papel crucial no processo de tomada de decisão do governo e, para não diminuir a sua confiança, é importante que os governos comecem a investir em soluções para suprimir esse problema (Martins & Lima, 2021; Lima, Silva & Varão, 2022). Entre as informações a serem acessadas e compreendidas pela sociedade em relação às contas governamentais estão aquelas geradas pela contabilidade pública (CFC, 2016; BRASIL, 2000).

Segundo o disposto na NBC T SP Estrutura Conceitual, os cidadãos são os usuários primários das informações constantes dos relatórios contábeis, recebendo serviços do governo e de outras entidades do setor público e provendo parte dos recursos para esse fim (NBC T SP ES CFC, 2016, item 2.5). Mesmo o cidadão ocupando esse importante papel, na prática, os relatórios contábeis governamentais ainda trazem uma linguagem muito técnica, de difícil compreensão, assim, os relatórios financeiros populares fariam “traduções” (Bracci, Biondi & Kastberg, 2021).

De acordo com a literatura, os relatórios produzidos pelo Estado para os cidadãos devem ter um entendimento tão claro e simples que pode ser entendido instantaneamente por qualquer indivíduo que ler (Enke, 1967). Nesta perspectiva, os relatórios financeiros populares (RFPs) facilitariam a compreensão das informações relativas às atividades financeiras dos governos (Clay & Olson, 2008; Yusuf *et al.*, 2013; Rodrigues *et al.*, 2021). A literatura aponta que os RFPs visam superar as deficiências dos relatórios financeiros tradicionais, melhorando os níveis de transparência e participação cidadã (Steccolini, 2004; Biondi; Bracci, 2018; Manes-Rossi, 2019).

No caso dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) (NBC T SP EC, CFC, 2016, item 2). Eles podem compreender múltiplos relatórios, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil. Da mesma forma que os RFPs, os RCPGs são elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários (NBC T SP EC, CFC, 2016).

Entre as demonstrações contábeis que compõem os RCPGs estão os balanços gerais publicados de forma obrigatória pelos entes federados brasileiros (LRF, 2000). Geralmente, os balanços gerais são publicados visando atender estruturas normativas, e trazem uma linguagem mais técnica (Leal *et al.*, 2018). O que se observa é que os relatórios financeiros

tradicionais são conhecidos por não serem fáceis de usar, pois são longos, complexos e cheios de jargões técnicos, ininteligíveis para o cidadão comum (Jordan *et al.*, 2017).

Considerando que os RFPs se apresentam como um instrumento complementar de divulgação da informação financeira ajustada ao cidadão, em vocabulário simples e compreensível pelo público em geral (Lee, 2006; Oliveira; Santos & Jorge, 2018) e que a divulgação de informações financeiras mais acessíveis pode melhorar a qualidade da relação governo-cidadão (Martins; Lima, 2021; Silva & Varão, 2022), o presente estudo tem como objetivo apresentar uma releitura dos balanços gerais publicados pelos entes federados brasileiros à luz da literatura de RFPs, a partir da experiência do Balanço Geral do Governo do Estado de Goiás relativo ao exercício financeiro de 2021.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Relatórios Contábeis direcionados ao Setor Público

A Constituição Federal, em seu artigo 70, determina que deverá fazer a prestação de contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. Segundo Ferreira *et al* (2020), o orçamento, assim como sua execução, deve alcançar ampla divulgação, a fim de cumprir o que determina os dispositivos legais, possibilitando de forma mais ampla possível, o controle do erário público.

Para Paton *et al.* (1940) citado por Nunes e Lima (2017), é necessária uma estrutura conceitual para servir de base para julgamento na elaboração e interpretação das demonstrações contábeis. Na própria NBC T SP Estrutura Conceitual aplicada ao Setor Público, item 5.2, é apresentado que as estruturas dos RCPGs fornecem um ponto inicial para reconhecer, classificar e agrupar dados e atividades econômicas de maneira a fornecer aos usuários informações que satisfaçam seus objetivos e atinjam as características qualitativas da informação contábil (Comparabilidade, Capacidade de verificação, Tempestividade e Compreensibilidade) levando em consideração as restrições sobre a informação incluída nos RCPGs (Materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas).

Ainda segundo o disposto na NBC T SP Estrutura Conceitual, os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil são o de fornecer informação sobre a entidade que sejam úteis para os usuários dos RCPGs para fins de prestação de contas e

responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, devendo os RCPGs serem elaborados considerando as seguintes diretrizes:

- No caso da existência de uma versão traduzida para outro idioma do relatório, as versões devem estar fiéis ao conteúdo da versão original (NBC T SP EC, CFC, 2016, Item 8.3);
- Os relatórios devem conter as informações direcionadas aos seus respectivos objetivos levando em consideração as características, as restrições das informações e os fenômenos econômicos relevantes e outros fenômenos sobre os quais a informação seja necessária (NBC T SP EC, CFC, 2016, Itens 8.6 e 8.25);
- A respeito da informação selecionada para evidenciar, o relatório deve conter a base da informação (políticas e metodologias aplicáveis), com o detalhamento da informação exposta (NBC T SP EC, CFC, 2016, Item 8.21).

Para Bairral (2013), os relatórios de gestão anuais governamentais são legalmente reconhecidos como a base primária do ciclo de responsabilização pública. Para Wei, Davey & Coy (2008), o conteúdo dos relatórios de gestão anuais deve explicitar tantas informações financeiras (quantitativas) como de desempenho (qualitativas) das ações governamentais, ambas essenciais para uma adequada avaliação em termos de responsabilização pública.

A estruturação dos balanços gerais que deve ser observada pelos entes federados brasileiros está normatizada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e demais legislações que regulam o tema da perspectiva da administração pública. Nos 26 Estados da Federação do Brasil e em seu Distrito Federal devem ser publicados periodicamente os seguintes relatórios de prestação de contas, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Relatórios contábeis e financeiros a serem publicados pelos entes federados brasileiros

Nome do relatório	Periodicidade	Exigência legal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Balanço Orçamentário	Bimestral (publicado até 30 dias após o período de jan/fev; jan/abr; jan/jun; jan/ago; jan/out; e jan/dez)	art. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF)
Demonstrativos de Receitas e Despesas	Anual/ Bimestral	art. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		

Demonstrativo da Despesa com Pessoal	Quadrimestral (Até o dia 30 de janeiro, de maio, e de setembro do mês ao de referência)	art. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (LRF)
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida		
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores		
Demonstrativo das Operações de Crédito		
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar* (somente anual)		
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal		
DCASPs E MSC* - ENVIO SICONFI**		
Declaração das Contas Anuais - DCA	Anual (30 de abril)	§ 2º do art. 7º da Portaria STN nº 642, de 20/09/2019
Matriz de Saldos Contábeis Agregada	Mensal (até o último dia do mês seguinte ao mês de referência)	
Matriz de Saldos Contábeis de Encerramento	até 30 de março do ano subsequente	§ 2º do art. 7º da Portaria STN nº 642, de 20/09/2019
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO – DCASP		
Balço Orçamentário – Quadro Principal	Anual	art. 102 da Lei nº 4.320/64/MCASP 9ª Edição - Part. V
Balço Financeiro		art. 103 da Lei nº 4.320/64
Demonstração das Variações Patrimoniais		art. 104 da Lei nº 4.320/64
Demonstração dos Fluxos de Caixa		NBC TSP 12 / CFC
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido		MCASP 9ª Edição - Part. V, item 7 - DMPL

Fonte: elaboração própria

*Matriz de Saldos Contábeis: estrutura padronizada apta a representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade do Ente, evitando possíveis falhas no processo de preenchimento, tendo como um dos objetivos gerar a declaração de contas anuais para fins de consolidação das contas públicas.

**Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

A partir do Quadro 1, pode-se observar que a maioria dos relatórios contábeis governamentais elaborados pelos entes federados brasileiros estão atrelados às exigências dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo Ferreira *et al* (2020), a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilização na gestão fiscal, bem como outras providências para determinar a publicação de informações de forma

detalhada sobre a execução orçamentária e financeira, com acesso ao público. Mendes (2012) afirma que a LRF contribui para melhorar a relação entre governo e sociedade, pois possibilita debates sobre o uso dos recursos públicos, contribuindo, assim, para o controle social e combate à corrupção.

Além das exigências normativas de caráter mais abrangente, os entes federados brasileiros ainda devem enviar os relatórios exigidos pelos tribunais de contas aos quais encontram-se jurisdicionados, em cumprimento aos normativos definidos localmente, a exemplo dos relatórios anuais exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO), entidade objeto do nosso estudo (Quadro 2), que podem variar dependendo do tribunal de contas.

Quadro 2 – Relação de relatórios contábeis exigidos pelo TCE/GO

Relatório exigido	Base normativa
Registro de Saldo Bancário	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO
Conciliação Bancária	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO
Comparativo da Despesa Orçada, Autorizada e Realizada Segundo as Categorias Econômicas e Elementos de Despesas	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Rol de Ordenadores de Despesa	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO
Demonstrativo da Despesa segundo as Funções	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo da Despesa Realizada por Função, Programa, Fonte de Recurso e Categoria Econômica	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Comparativo da Receita Orçada com a Realizada	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo da Receita Realizada Mês a Mês	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Projeto/Atividade	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo de Créditos Adicionais Abertos	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo de Reduções de Créditos	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada por Projeto/Atividade – Resumo	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo da Dívida Fundada	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e Lei nº 4.320/64
Demonstrativo da Dívida Flutuante	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO e

	Lei nº 4.320/64
Demonstrativo Sintético da Movimentação do Ativo Imobilizado e Intangível	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO
Demonstrativo Restos a Pagar / Unidade	Resolução Normativa nº 7/2018 - TCE-GO

Fonte: elaboração própria

Contudo, mesmo com a elaboração dos relatórios governamentais relacionados nos Quadros 1 e 2, a evidenciação das informações contábeis ainda é considerada técnica e de difícil entendimento por parte de seus usuários (Jordan *et al.*, 2017).

Assim, partindo do entendimento de que na elaboração da informação contábil o processo de comunicação deve ser bidirecional, quanto mais a informação for entendida pelos cidadãos, de forma mais precisa, mais a comunicação conscientizará os cidadãos a respeito do uso dos recursos públicos, e auxiliará a participação desse cidadão no processo decisório do patrimônio público, trazendo assim benefícios para a sociedade como um todo (Laudie, 1987; Barbera *et al.*, 2016;).

Nesse sentido, os RFPs se apresentam como um instrumento complementar de divulgação de informação financeira mais adequado ao cidadão, já que procuram usar um vocabulário simples e compreensível pelo público em geral (Mordecai, 2006; Cabral & Aquino, 2020; Martins & Lima, 2021; Lima, Silva & Varão, 2022).

2.2 Caracterização dos Relatórios Financeiros Populares

Segundo Hermann *et al* (2011), os RFPs são um formato amigável de representação das informações governamentais. Para Yusuf *et al* (2013) e Silva e Lima (2022) os relatórios financeiros populares (RFPs) manifestam-se como uma resposta às preocupações de que os relatórios financeiros tradicionais do governo, embora precisos e detalhados, falhem em prover ao público em geral uma compreensão dos usos dos fundos públicos pelos governos. Para Cohen e Karatzimas (2015), os RFPs precisam ser de fácil leitura, abrangentes e fáceis de manusear, voltados principalmente às necessidades do cidadão.

Relatórios financeiros centrados no cidadão podem melhorar a comunicação e pode estimular a participação e o envolvimento dos cidadãos nos processos democráticos (Célérier & Botey, 2015; Manes-Rossi *et al.*, 2019). Quando se coloca em perspectiva a importância de os cidadãos entenderem os relatórios relacionados às contas públicas, tem-se como premissa que os RFPs podem se apresentar como um mecanismo central para a participação democrática, permitindo que os cidadãos assumam um papel ativo na interação com os órgãos

de governo (Biancone *et al.*, 2016; Cohen *et al.*, 2017; Ferry *et al.*, 2019). Para Marques (2008) e Melo (2022), as instituições democráticas têm a intenção de promover mecanismos mais estáveis e legítimos de produção da decisão política.

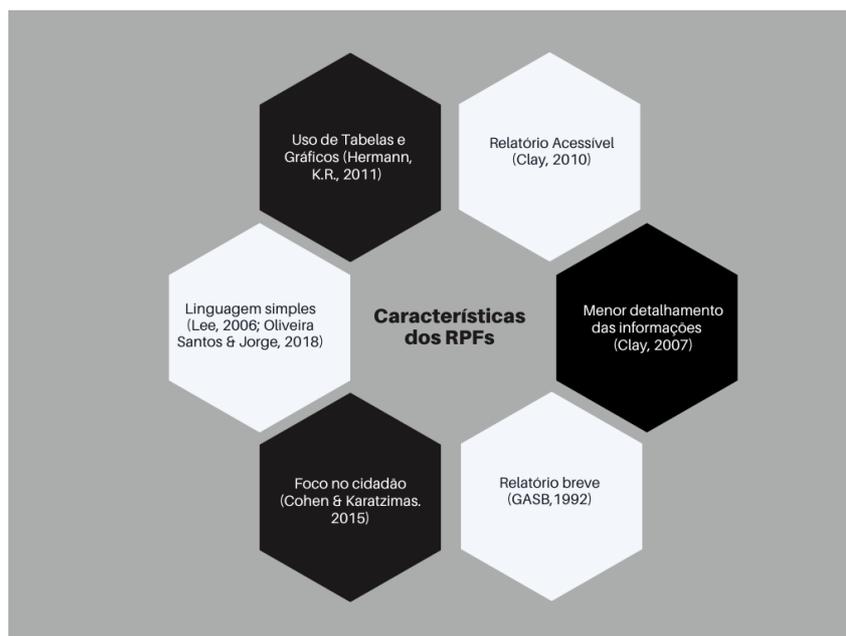
Calderón e Lorenzo (2009) apresentam que a abertura do governo e da participação do cidadão são a sístole e a diástole do coração de um governo aberto. De acordo com os pesquisadores, com uma maior propagação do entendimento do cidadão a respeito das contas públicas, a sociedade se aproxima mais de uma democracia em que o cidadão tem a efetiva participação no corpo social. Para Rodrigues *et al.* (2021), a comunicação através dos RFPs avança em relação aos relatórios financeiros de propósito geral, considerados os elementos e aspectos da teoria da comunicação. Atendendo às fragilidades apontadas, e adicionando mecanismos de envolvimento e diálogo com os cidadãos, sugerem, pode ser esperada maior efetividade, participação e cidadania.

A divulgação dos RFPs é um processo de comunicação, devendo o emissor comunicar a mensagem da forma mais objetiva possível, diminuindo, assim, os riscos de ela ser decodificada da maneira incorreta pelo receptor (Rodrigues, Dias & Vargas, 2021; Zanetti & Zart, 2021). Dessa forma, os RFPs emitidos pelo Estado ao corpo social, que são considerados como um processo de comunicação entre o Governo e o Cidadão, necessitam ter uma mensagem que esteja disponível e atenda a todos os requisitos necessários para que possa ser entendida por todos os cidadãos, independentemente do seu nível de instrução (Enke, 1967, Hermann, 2011).

Segundo Silva (2015), da forma como são apresentadas as demonstrações contábeis não são elaboradas para o cidadão, visto que atende a padrões técnicos. Para Lopes, Ribeiro e Cavalcante (2010), a comunicação entre a contabilidade pública e seus usuários fica fragilizada quando são utilizados termos e expressões nos Relatórios contábeis que não são atribuídos aos seus respectivos destinatários.

Segundo Oliveira, Oliveira, Lima e Lima (2018), o desenvolvimento da cidadania está relacionado à atuação e compreensão do cidadão sobre o funcionamento e estrutura da máquina pública. Para Yusuf *et al.*, 2013 (2007), os Relatórios utilizam de um menor detalhamento, e menor uso de linguagem técnica para expressar de forma verdadeira a situação das contas públicas. Martins e Lima (2021) exploram as diferentes perspectivas que a literatura apresenta a respeito das definições dos Relatórios Financeiros Populares, resultando em seis características principais (Figura 1).

Figura 1 – Características dos RFPs



Fonte: Adaptado dos autores

Sobre a característica relacionada ao *relatório acessível*, deve ser considerado que para que os cidadãos tenham acesso aos relatórios, o Estado deve orquestrar meios de transporte dessas informações, de forma que ela chegue a todos os tipos de pessoas. (Clay, 2010; Martins & Lima, 2021). Neste sentido, segundo Lopes *et al* (2010), a legislação estabelece regras que obrigam os entes federativos a apresentar relatórios e demonstrativos fiscais que devem ser publicados em meio de amplo acesso público, inclusive na internet. Quanto ao *menor detalhamento das informações*, tem-se que o objetivo dos relatórios simplificados é aumentar o grau de entendimento dos leitores, de forma que, deve evitar análises detalhadas ou o uso de termos técnicos complicados (Clay, 2007; Cohen & Karatzimas, 2015; Martins & Lima, 2021).

Quanto à característica *relatório breve*, a literatura apresenta que para servir ao seu propósito, os RFPs devem ser breves e de fácil entendimento (Gasb, 1992; Hermann, 2011; Martins & Lima, 2021). Sobre o *foco no cidadão*, a preocupação é que as versões simplificadas tragam consigo apenas as informações que interessam e norteiem a vida dos cidadãos (Cohen & Karatzimas, 2015; Sharp *et al.*, 1998; Martins & Lima, 2021).

Sobre a *linguagem simples*, Miranda *et al* (2008) concluíram em seu estudo a respeito da compreensibilidade dos relatórios financeiros governamentais que, as informações produzidas pela contabilidade pública não são claras para a maioria dos cidadãos, independente do grau de escolaridade. Desta forma, a abordagem dos RFPs é encontrar uma

forma de transmitir essas informações de forma acessível aos cidadãos, independente do seu grau de instrução. (Lee, 2006; Oliveira, Santos & Jorge, 2018; Bracci, Biondi & Kastberg, 2021; Martins & Lima, 2021). No caso do *uso de tabelas e gráficos*, Silva (2023) afirma que os facilitam a compreensão das informações apresentadas, o foco é que eles auxiliem no entendimento das informações, além de contribuírem para um visual apelativo ao leitor, com elementos gráficos, como cores. (Hermann, 2011; Yusuf & Jordan, 2015, Martins & Lima, 2021).

Para Maia (2013), a prestação de contas de governos não pode ficar subordinada às exigências dos órgãos de fiscalização, devem ser estudadas formas que permitam o controle efetivo da gestão do governo e, ainda, pesquisar alternativas que auxiliem o processo decisório, buscando sempre a transparência, para que todos os cidadãos possam compreender a ação dos governantes. Segundo Coelho *et al* (2011) a administração pública tem a responsabilidade de impulsionar a maior abrangência possível das informações publicadas pelo Estado, sejam elas contábeis ou não, como forma de alcance da transparência e, com isso, possibilitando e realizando o controle social.

2.3 Relatórios Financeiros Populares como Instrumento de Controle Social

Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações (NBC T SP EC, CFC, 2016, item 20A), estão relacionados ao fornecimento de informações que são úteis aos usuários dos relatórios contábeis para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão (NBC T SP EC, CFC, 2016, item 2.1), tendo em consideração que a elaboração e a divulgação dessas informações não são um fim em si mesmas, são determinados com base nos usuários dos relatórios contábeis e suas necessidades de informações (NBC T SP EC, CFC, 2016, item 2.2).

Figueiredo e Santos (2013) apontam que, para o exercício da democracia, informações parciais são insuficientes para garantir a completa absorção do conhecimento a ser transmitido, por isso, é preciso que as ações dos governantes possam ser investigadas e até mesmo criticadas pelo povo. Segundo os pesquisadores, a consolidação da cidadania ocorre em decorrência da aproximação da sociedade e seus representantes ocasionada pela prestação de contas e responsabilização. Segundo Vesoloski *et. al* (2020), a administração pública tem

buscado alternativas, meios de se adequar às necessidades da sociedade a fim de viabilizar e possibilitar que as pessoas possam participar das decisões de modo mais democrático.

O controle social deve, por conseguinte, desempenhar papel de liderança na participação democrática (Gonçalves *et al*, 2021). Segundo Bingham *et al* (2005) e Osborne *et al* (2013), citados por Del Gesso *et al*. (2020), os cidadãos são os principais interlocutores das administrações públicas, pois representam os principais destinatários dos serviços, os principais financiadores (como contribuintes) de atividades, e são os eleitores de líderes governamentais. Neste sentido, o cidadão enquanto usuário primário da informação gerada pelos Relatórios Financeiros produzidos pelo Estado tem um papel importante no processo decisório das políticas públicas, e, é ele quem vive esses resultados (CFC, NBC T SP EC, Item 2.5).

Para Arnstein (1969) citado por Ricci (2009), o controle social é uma relação de cogestão, quando o planejamento e execução são definidos em participação, de modo que, o controle social funciona como uma relação entre o cidadão e o Estado com o objetivo de políticas públicas mais efetivas. Para Ricci (2004), o controle social indica, portanto, a efetiva participação popular na elaboração, acompanhamento e monitoramento das ações de gestão pública.

Para Andrade Neto (2018), a administração pública passou por uma sequência de evoluções, em que, inicialmente, o cidadão não participava das decisões públicas, sendo visto apenas como financiador dos serviços e, posteriormente, como “cliente-usuário” desses. Segundo o pesquisador, com a nova gestão pública, a aplicação de um modelo gerencial alterou esse cenário, passando a considerar o cidadão como “titular da coisa pública”, tornando-o um dos principais agentes responsáveis por fiscalizar o Estado.

A fim de regulamentar o acesso dos cidadãos às informações públicas, foi sancionada em 18 de novembro de 2011, a Lei 12.527, mais conhecida como “Lei da transparência”, que é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esta Lei firma uma obrigatoriedade da publicação das informações financeiras e não financeiras do Estado, através ou não de relatório fornecidas a partir dos diversos meios de comunicação existentes (quando não em formato de relatório).

Como se pode observar, o controle social possui a tarefa de tornar efetivo e exequível o comando legal, fiscalizando a direção da atividade administrativa para que ocorra em conformidade com as novas normas (Castro, 2016). Para o bom exercício do legítimo processo de execução das políticas públicas, o cidadão deve participar ativamente do

processo, sendo na elaboração, como na execução e principalmente na fiscalização (Alves *et al*, 2017). Campbell (2018, p. 1) sustenta que a “sociedade civil é uma reflexão, e voz, dos desejos, necessidades, questões prioritárias e preocupações da sociedade”, que tem a capacidade de desorganizar e unir.

Para exercer com propriedade e o controle social sobre as contas públicas, os cidadãos dispõem de relatórios financeiros oficiais (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022) normalmente elaborados seguindo os dispositivos legais e normativos (Lei de Responsabilidade Fiscal, 2000), cuja linguagem normalmente segue um padrão técnico, previamente estabelecido (Jordan *et al.*, 2017). Dado o tecnicismo da linguagem utilizada, esses relatórios oficiais de governo geralmente são de difícil interpretação por parte de usuários que não possuem formação orçamentária (Enke, 1937), o que dificulta o pleno exercício da sua atuação como controle social (Coelho, Cruz, & Neto, 2011).

Para Biancone, Secinaro e Brescia (2016), os Relatórios de Finanças Públicas estimulariam a relacionamento entre o poder público e as partes interessadas em uma visão transparente e compreensível dos resultados, e há estudos que indicam a transição da contabilidade pública de um sistema burocrático para uma nova abordagem mais simples e focada no cidadão (Hood, 1991; Kettl, 2000). A literatura apresenta, contudo, que os relatórios governamentais voltados para os cidadãos ainda são fragmentados, e que há uma escassez de estudos que analisem sistematicamente esse tipo de experiência (Del Gesso & Romagnoli, 2020).

2.4 Relatórios para o Cidadão: experiências internacionais

Para Biancone *et al* (2016), nos países desenvolvidos deve ser relatada uma definição e proposta de um plano de indicadores com os resultados esperados do orçamento a fim de explicar os objetivos da gestão, a fim também de medir os resultados e acompanhar os serviços prestados e as atividades realizadas.

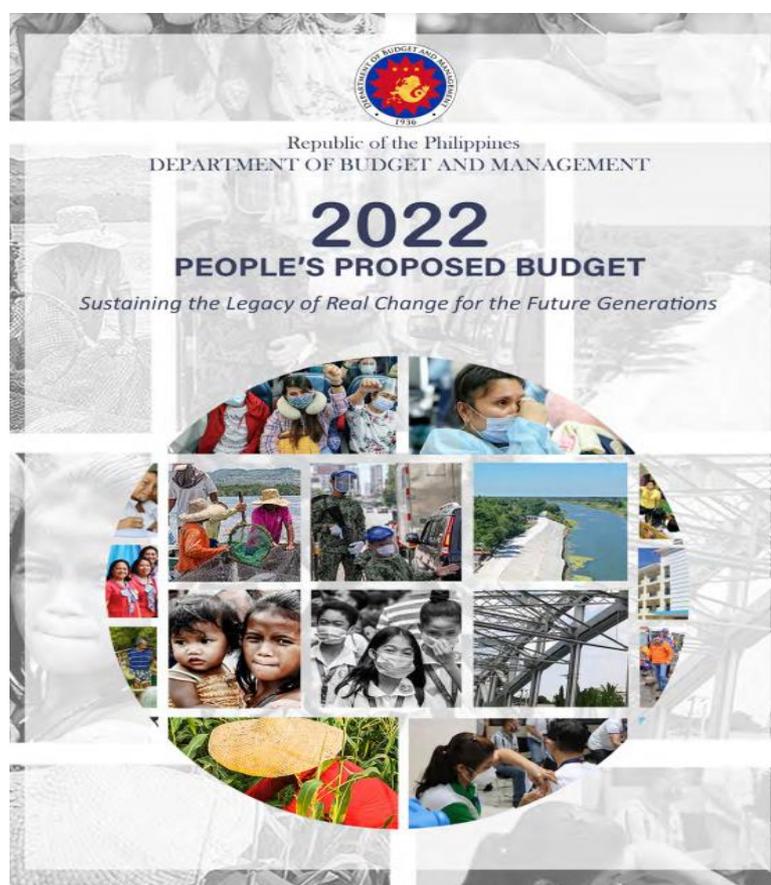
2.4.1 Experiência do Governo das Filipinas

Foi publicado, para o ano de 2022, o relatório intitulado “Proposta de orçamento para o povo 2022” (tradução nossa) dividido em cinco grandes seções, destinadas aos temas: (i) O Orçamento Nacional Proposto para 2022; (ii) As dimensões do Orçamento 2022 (iii) Prioridades de gastos; (iv) Financiamento do Orçamento Nacional; (v) Noções básicas de orçamento. O Relatório possui 76 páginas e sua principal característica à luz da literatura dos

RFPs está atrelada ao visual apelativo, segundo Sharp *et al* (1998), Clay (2010), Hermann (2011); Yusuf & Jordan (2015), Jordan *et al.* (2016), os relatórios devem possuir uma perspectiva apelativa ao leitor, a fim de simplificar seu entendimento, de forma que, é recomendado a utilização de gráficos, ilustrações, cores diferentes e quadros.

Dessa forma, observa-se que o relatório possui a característica de utilização desses recursos, em evidência podemos citar: uso de cores, gráficos e elementos visuais (Hermann, 2011). A Figura extraída do relatório “Proposta de orçamento para o povo 2022” guarda os fundamentos da literatura de RFPs, apresentando um visual apelativo, conforme Figura 2.

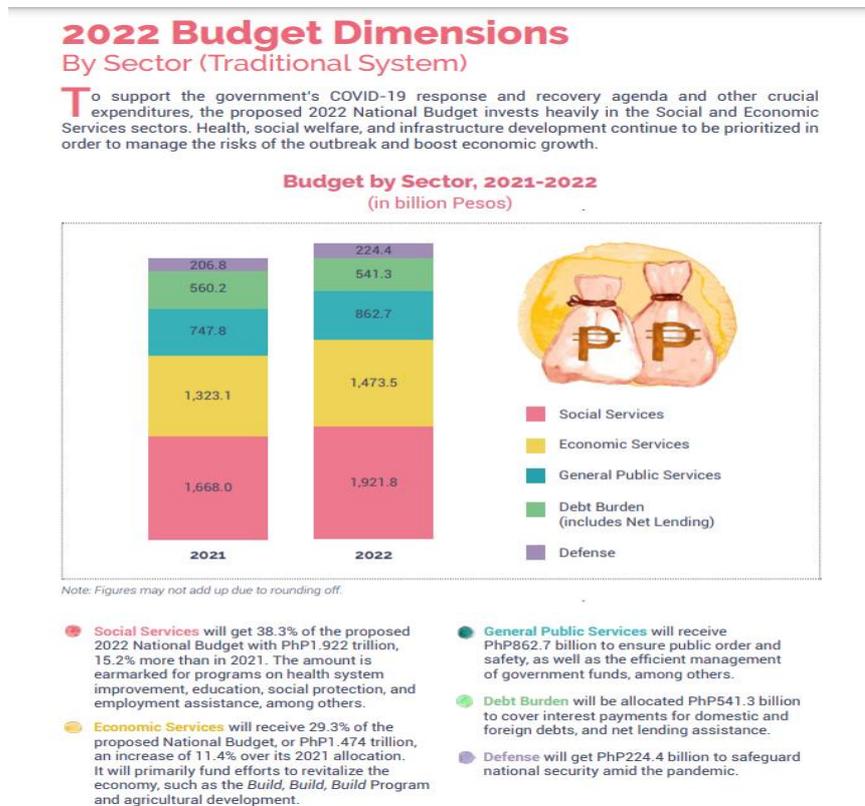
Figura 2 – Capa - Proposta de orçamento para o povo 2022



Fonte: Proposta de orçamento para o povo 2022– Filipinas

Na Figura 2 é possível observar que a capa do Relatório do Governo das Filipinas possui diversas fotografias que estão presentes no interior do relatório e estão divididas nos diversos assuntos que permeiam o desenvolvimento dos temas propostos no documento, de forma a chamar atenção dos leitores.

Figura 3 – Dimensões do orçamento de 2022



Fonte: Proposta de orçamento para o povo 2022 – Filipinas

A representatividade destas informações em um gráfico é um atalho visual para a compreensão dos leitores e faz parte da característica “visual apelativo” (Figura 3). Além do visual apelativo, as informações trazidas são focadas no cidadão, trazendo informações como: a alocação das despesas nos setores da Economia, de forma que, trazem a informação sobre os investimentos prioritários para este orçamento no período, informando ao leitor de como será feita a alocação dos recursos arrecadados pelo Estado.

2.4.2 Experiência do Governo da República Unida da Tanzânia

O Relatório intitulado “Orçamento Governamental para o exercício financeiro de 2021/2022 – Edição do Orçamento do Cidadão” foi publicado pela República Unida da Tanzânia e produzido pelo Ministério das Finanças em colaboração com a organização “*Policy Forum*”. Segundo o relatório, ele é uma forma simplificada do orçamento, em uma linguagem que os cidadãos e outros stakeholders entendam com mais facilidade.

O Relatório tem 19 páginas e conta com 7 seções de conteúdo, sendo elas: (i) Orçamento para os cidadãos; (ii) Orçamento Governamental (iii) Prioridades do orçamento

(iv) Prioridades Macroeconômicas (v) Receitas e Despesas do Governo (vi) Transferências para o governo local (vii) Alocação por setor. Ao longo do texto, observa-se a utilização de figuras e gráficos, ferramentas aconselhadas na literatura dos RFP, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 – Transferências para o governo local e Alocações por setor



King'ong'o Primary School – Dar es Salaam
Some of the spending priorities are as follows:

- i. **4.04 trillion shillings** for pre-primary, primary and secondary education, teachers' colleges, schools' inspection, adult and informal education;
- ii. **976.8 billion shillings** for Higher Education Science and Technology;
- iii. **137.6 billion shillings** for Technical Education and Vocational Training; and
- iv. **99.5 billion shillings** for administrative expenses.

7. Sector Allocation
The government budget is allocated in seven (7) sectors as described in Figure 1.

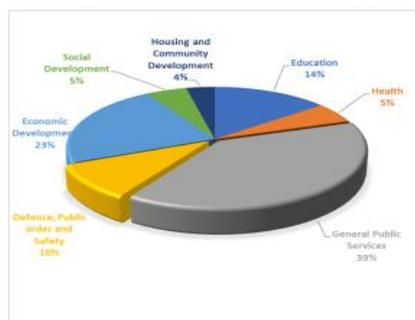


Figure 1: Budget Sector Allocation

7.1 Education
Budget allocated to this sector is 5.26 trillion shillings equivalent to 14 percent of the total budget. Some of the spending priorities are as follows:

- 7.2 Health Sector**
In 2021/22, the sector has been allocated a total of 2.02 trillion shillings equivalent to 5.5 percent of the budget. The allocation of funds to priority areas is as follows:
- i. **873.7 billion shillings** for improvement of health services and infrastructure in dispensaries, health centers and district hospitals;
 - ii. **824.2 billion shillings** for improvement of curative health services and infrastructure in zonal and national referral hospitals;
 - iii. **259.2 billion shillings** for prevention services including procurement and distribution of

Fonte: A simplified version of the government budget for the Financial Year 2021/2022

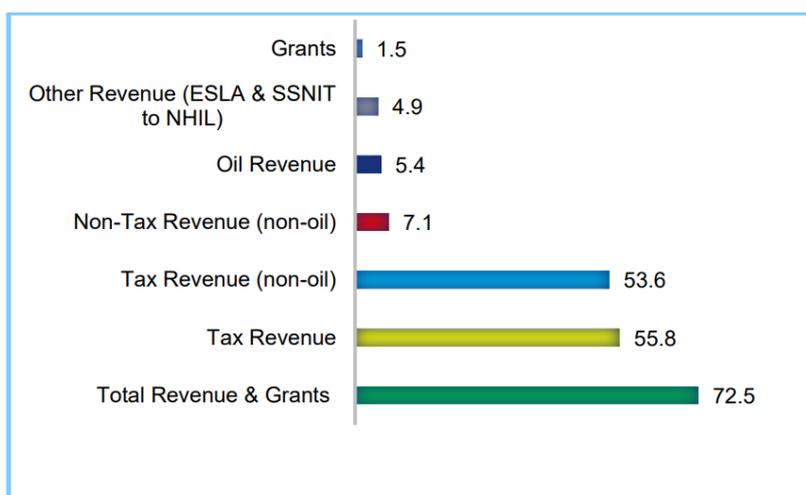
Sobre o relatório do Governo da Tanzânia, destaca-se o fato de o conteúdo ter como foco o cidadão, ao passo que transporta consigo informações de relevância para o corpo social como: investimento nos setores da economia e entrada e saída de recursos do governo no período. Mergulhando nas características apontadas pelos autores que se dedicaram aos estudos a respeito do assunto aqui documentados, uma crítica à esta opção de leiaute é ainda a utilização de jargões técnicos e demonstrações de dados robustas, uma vez que estas características são obstáculos para o entendimento de cidadãos sem conhecimento técnico de contabilidade ou finanças.

2.4.3 Experiência do Governo de Gana

O Relatório produzido pelo Governo de Gana, intitulado “Orçamento para o Cidadão 2021” é um exemplo de versão simplificada de orçamento público, com o intuito de transmitir ao cidadão os principais aspectos do orçamento naquele período, ou seja, é um relatório financeiro popular. Tem 35 páginas e conta com sete seções, sendo elas: (i) Mensagem do Ministro de Finanças; (ii) Introdução; (iii) Performance econômica de 2020; (iv) Orçamento e a economia; (v) Impacto da Pandemia covid-19, mitigação e mensuração e o Programa *GhanaCARES*; (vi) Desenvolvimento dos setores e perspectivas; (vii) Conclusão. O texto apresenta informações de forma estatística com uso de gráficos e esquemas em figuras, como pode ser observado na Figura 5 a seguir.

Figura 5 – Resumo das projeções de receita para 2021

Figure 3: Summary of Revenue Projections for 2021 (in Billions of Cedis)



Fonte: 2021 Citizens' Budget- Republic of Ghana

Uma crítica a ser direcionada é que há predominância de termos técnicos, como demonstrado na figura acima, na qual é utilizado os termos “Impostos” e “Subsídios”, termos que são restritos aos que possuem conhecimentos ligados à contabilidade, finanças e áreas correlatas.

2.4.4 Experiência do Governo da Argentina

O relatório produzido pelo Ministério da Economia Argentino “Orçamento para o cidadão 2023” possui 43 páginas e 5 grandes seções, sendo elas: (1) O que é um orçamento? (2) Qual é a destinação dos fundos públicos? (3) O orçamento em moeda (4) Em que o

orçamento te ajuda? (5) Análise Transversal do Orçamento. O material utiliza de figuras e cores em seu leiaute, o que, segundo as pesquisas na área de RFPs, são boas características na construção de um visual apelativo, conforme as imagens apresentadas na Figura 6.

Figura 6 – Representação do Gasto Público em 2023:

Te presentamos los aspectos más relevantes del gasto público en 2023, los que mayor dinero representan en Presupuesto. Conocé los mismos para saber a qué se destinan los fondos públicos:



Fonte: Orçamento para o cidadão 2023

No entanto, grande parte do relatório é formado por textos e algumas páginas apresentam demonstrativos financeiros em sua íntegra. Hermann (2011) afirma que os RFPs devem ser breves e segundo Cohen & Karatzimas (2015), os relatórios devem ser focados no cidadão, de forma que, a utilização de muitos textos e a existência de demonstrativo contábeis com um nível de tecnicidade em seu vocabulário são apresentados, de acordo com a literatura, como pontos que dificultam o entendimento do leitor (cidadão comum).

2.4.5 Experiência do Governo de Gambia

O Ministério de Finanças e Economia da República Gambia, produziu para o ano de 2022, o “Orçamento para os cidadãos 2022”, ele possui 16 páginas e 5 sessões, sendo elas: (1) Introdução; (2) Perspectivas da Economia; (3) Como o Governo pretende gastar seus recursos em 2022; (4) Gastando nos setores críticos; (5) Medidas Fiscais para 2022. Este relatório é breve (16 páginas), conforme orientação da literatura focada nos RFPs, as informações

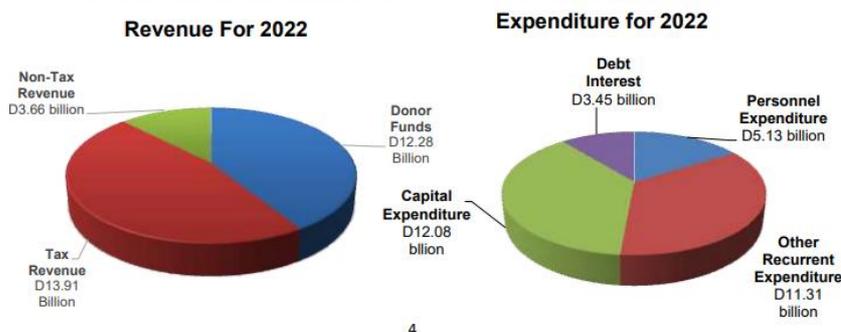
também estão apresentadas em gráficos, figuras e são utilizadas diversas cores no leiaute, aproximando o material de um visual apelativo (Figura 7).

Figura 7– Receitas e Despesas do Estado em 2022:



SECTION III: HOW GOVERNMENT PLANS TO RAISE AND SPEND MONEY IN 2022

Where Is the Money Coming from and How Government Plans to Spend it?



Fonte: Orçamento para o cidadão 2022

2.5 Relatórios para o Cidadão: experiências nacionais

2.5.1 Caso da comunidade Itapebi

No município de Itapebi (Bahia), para o primeiro semestre de 2019, o presidente da Câmara de Vereadores, Paulo Roberto Rosa Pereira, publicou a prestação de contas em um outdoor exposto na entrada principal da cidade. Mesmo não sendo um relatório do Estado para o cidadão, esta é uma forma de apresentação das contas do Estado com o público-alvo: Cidadão. O outdoor traz uma lista das despesas na qual foram aplicados os recursos que o município recebeu naquele período e os valores que foram recebidos. Assim, neste caso, é apresentado de forma básica e resumida para todos os cidadãos que passarem naquele local.

Figura 8 – Outdoor de prestação de contas - Itapebi



Fonte: <<https://www.itapebiacontece.com/noticia/em-outdoor-paulinho-de-fifia-presta-contas-comunidade-itapebiense-> acesso em 21/12/2022 às 14:03>

Conforme pode ser observado na Figura 8, o outdoor exposto possui como característica principal a representação de informações de forma simples, em um espaço extremamente curto (se comparado às Prestações de Contas habituais publicados), de forma que, mesmo não sendo um relatório, endereça algumas características que estão presentes na literatura referente aos Relatórios Financeiros Populares.

2.5.2 Experiência do Estado da Bahia

O Relatório produzido pelo Governo do Estado da Bahia, intitulado “Prestação de Contas Anual Simplificada 2021”, possui 22 capítulos e 74 páginas, os capítulos estão divididos entre explicações dos conceitos orçamentários e os dados contábeis orçamentários referentes ao ano de 2021. No texto, ainda são encontrados jargões de linguagem técnica e rebuscada ao público em geral, as informações trazidas não são básicas e não traz apenas o conteúdo relevante e de fácil compreensão, conforme demonstrado na Figura 9.

Figura 9 – Gráfico 1 - Receitas realizadas



Fonte: Prestação de Contas Anual Simplificada 2021 pág. 11

Os termos “Tributos”, “Receitas de capital” e “Receita corrente” são termos técnicos que estão no vocabulário das pessoas que possuem conhecimento de finanças, contabilidade, gestão pública e áreas correlatas, de forma que, se tornam inacessíveis a todos os tipos de cidadãos, independentemente do grau de instrução deles. Questões como essas ainda requerem o amadurecimento da composição do relatório da Bahia.

2.5.3 Experiência do Estado de Santa Catarina

O Relatório produzido pela Secretaria de Estado e Fazenda de Santa Catarina – Florianópolis que recebeu o nome de “Balanço Cidadão – 2021” possui 68 páginas e expõe as informações financeiras do Estado de Santa Catarina em 2021, conta com 8 seções, sendo elas: (I) Apresentação, (II) Santa Catarina em números, (III) Funcionamento do Estado, (IV) Receita Pública, (V) Despesa Pública, (VI) Resultado Orçamentário, (VII) Jogos e (VIII) Glossário Cidadão.

O Relatório possui diversos desenhos, figuras e um “diálogo” interativo é construído com o leitor no decorrer do relatório, trazendo uma perspectiva apelativa ao cidadão, porém, possui diversas informações que não são fundamentais para o intuito do relatório, gerando assim um relatório grande (68 páginas) e com informações que os usuários da informação que nele está contida não poderão compreender. Conforme Figura 10.

Figura 10 – Passo a passo do Orçamento Público

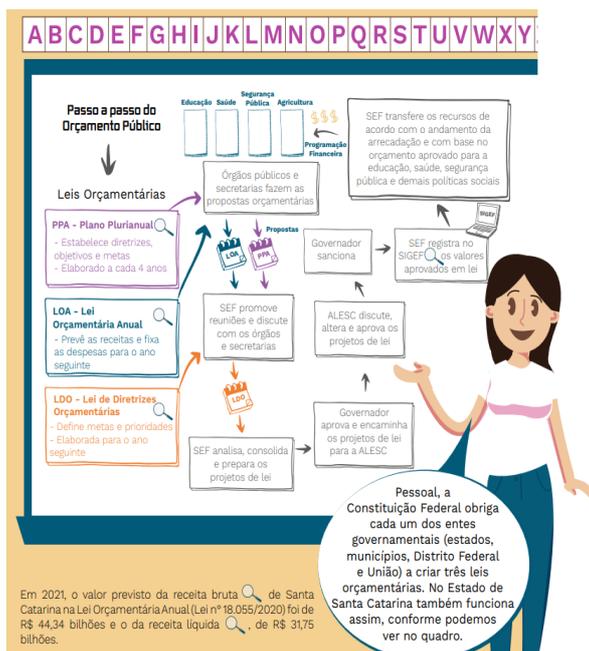
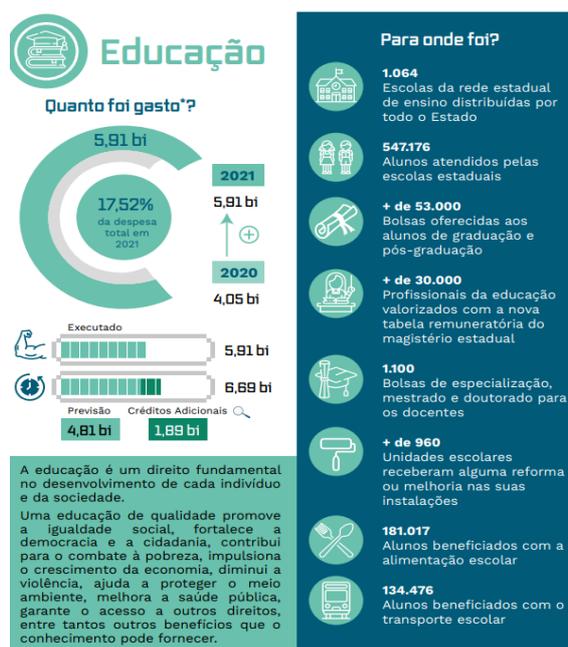


Figura 11 – Alocação dos recursos de educação



Fonte: Balanço Cidadão – 2021

Como se pode observar na Figura 10, a Imagem expõe a forma como foi apresentada as informações de destinação dos recursos que foram separados para a Educação, usando artifícios de imagem (gráficos e desenhos), que facilitam o entendimento dos leitores e deixam a informação de forma básica e clara. Mas, exemplo da experiência da Bahia, o Relatório produzido pela Secretaria de Estado e Fazenda de Santa Catarina – Florianópolis ainda reproduz a linguagem técnica utilizada na contabilidade pública, ainda pouco acessível para a maioria dos cidadãos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo considerou pesquisas relacionadas aos Relatórios Financeiros Populares, à transparência do Estado quanto ao cidadão e o controle social, para o desenvolvimento de seu referencial teórico. Também, foram consideradas experiências nacionais e internacionais dos Governos que, além de publicar seus relatórios de prestação de contas anuais habituais, estão apresentando uma versão simplificada. Da revisão literária, foram extraídas diretrizes para a construção de um relatório governamental simplificado focado no cidadão (Item 2.2 deste trabalho).

Foi realizada uma sugestão de leiaute nos moldes dos RFPs a partir do objeto de estudo deste trabalho (Balanço Geral do Estado de Goiás). Foi utilizada para o

desenvolvimento do estudo a abordagem de métodos mistos sequencial (Terrell, 2012; Mele & Belardinelli, 2018), composta pelas seguintes etapas:

1. Levantamento da literatura relacionada ao Relatórios Financeiros Populares, e sua utilização como forma de controle social.
2. Estudo e mapeamento das experiências nacionais e internacionais na geração de relatórios financeiros populares voltados para os cidadãos, e, da literatura de relatórios financeiros populares (RFPs).
3. Elaboração da proposta do relatório objeto de estudo (Balanço Geral de 2021), em uma linguagem mais simplificada a partir dos modelos mapeados nas experiências coletadas e à luz da literatura de relatórios financeiros populares (RFPs).

Espera-se que, com a elaboração desta proposta de leiaute, seja produzida uma versão que os cidadãos comuns tenham mais facilidade entendimento, e que, seja mais atrativa à leitura dos mesmos.

3.1 Do Relatório Objeto do Estudo de Caso

O Balanço Geral do Estado de Goiás de 2021, objeto do estudo de caso, publicado no ano de 2021, possui 461 páginas e é composto por 13 seções, com 11 demonstrativos, estruturadas conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Listagem de demonstrativos do Balanço Geral do Estado de Goiás

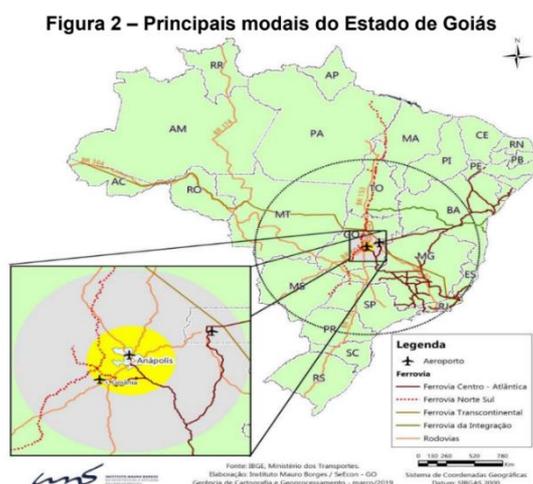
Composição do Balanço Geral do Estado de Goiás
Balanço Orçamentário – Quadro Principal
Balanço Orçamentário – Quadro de Execução dos Restos a Pagar Não Processados (Quadro Complementar 01)
Balanço Orçamentário – Quadro de Execução dos Restos a Pagar Processados (Quadro Complementar 02)
Balanço Financeiro
Balanço Patrimonial – Quadro Principal
Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Quadro Complementar 01)
Balanço Patrimonial – Quadro de Contas de Compensação (Quadro Complementar 02)
Balanço Patrimonial – Quadro de Superávit / Déficit Financeiro (Quadro Complementar 03)
Demonstração das Variações Patrimoniais
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido

Fonte: Sistema de Contabilidade Geral do Estado de Goiás (SCG)/ Economia/ GO

Fonte: BGE – Estado de Goiás – 2021 pág. 90

O Relatório é predominantemente verde em seu leiaute, ele possui 57 quadros e 204 tabelas, essas tabelas e quadros são coloridos, trazem diversos tipos de informações relacionadas ao Estado de Goiás no ano de 2021, como nas imagens apresentadas nas Figuras 12 e 13.

Figura 12 – Principais modais do Goiás



Fonte: IBGE - Elaboração: IMB/RETOMADA/GO³.

Figura 13 - Descrição de Entidades - Goiás

Seq	Cod.	Descrição das Entidades	CNPJ	Endereço Eletrônico
-	2100	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável		
1	2192	Saneamento de Goiás S.A - SANEAGO	01.616.929/0001-02	https://www.saneago.com.br
2	2196	Companhia Celg de Participações - CELGPAR	08.560.444/0001-93	http://celgpar.celgqt.com
-	3100	Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação		
3	3190	Agência Goiana de Gás Canalizado S.A - GOIASCAS	04.583.057/0001-11	http://www.goiascas.com.br
-	3200	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
4	3290	Centrais de Abastecimento de Goiás S/A - CEASA	01.098.797/0001-74	http://www.ceasa.go.gov.br/
-	3300	Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços		
5	3390	Agência de Fomento de Goiás S/A - GOIÁSFOMENTO	03.918.382/0001-25	http://www.goiasfomento.com
6	3391	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO	01.285.170/0001-22	http://www.goiasindustrial.com.br
7	3392	Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás - GOIASPARCERIAS	08.235.587/0001-20	https://www.goiasparcerias.go.gov.br/

Fonte: Secretaria de Estado da Administração.

Fonte: Balanço Geral do Estado de Goiás – 2021

Conforme literatura referente aos RFPs, pode-se verificar, que a presença de diversos quadros, gráficos e figuras, caracterizam-se como característica de um relatório direcionado ao melhor entendimento dos cidadãos a respeito da Prestação de Contas do Estado de Goiás no ano de 2021. No entanto, a extensão do relatório (461 páginas), a quantidade de jargões técnicos utilizados em todo o texto, e os demonstrativos financeiros apresentados, demonstram um desafio ao que tange o entendimento do corpo social a respeito do conteúdo presente no relatório.

O objeto do estudo de caso possui em sua estrutura os Relatórios Fiscais e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP's), integrantes da Prestação de Contas Anuais do Governador do Exercício de 2021, possuindo: (1) Apresentação; (2) Informações Gerais; (3) Resumo Das Políticas Contábeis; (4) Balanço Orçamentário; (5) Balanço Financeiro; (6) Balanço Patrimonial; (7) Demonstração Das Variações Patrimoniais; (8) Demonstrativo Da Dívida Fundada; (9) Demonstrações da Dívida Flutuantes; (10) Demonstração Dos Fluxos De Caixa ; (11) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (12) Outras Notas Relevantes; E (13) Gestão Fiscal.

O BGE de Goiás e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP's) integram a Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 174 da Resolução nº 22/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO) no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, e nos quadros demonstrativos constantes dos Anexos da Lei nº 4.320/1964, e ainda, os relatórios fiscais, com as alterações dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Segundo o relatório, ele tem o objetivo promover o pleno exercício do controle social, sendo um importante instrumento de análise e aprimoramento das políticas públicas do nosso Estado. No desenvolvimento do relatório, pode-se observar diversos temas que são pertinentes aos cidadãos comuns, mas que não estão expressos de forma popular, como por exemplo, os aspectos socioeconômicos (no qual pode-se destacar a produção do ano no Estado de Goiás – PIB – Item 2.1.3.1), os serviços do Estado prestados à população (Item 2.1.4.3), as mudanças na infraestrutura (Itens 2.1.4.5; 2.1.4.6; 2.1.4.7; 2.1.4.8; 2.1.4.9, 2.1.4.10; 2.1.4.11).

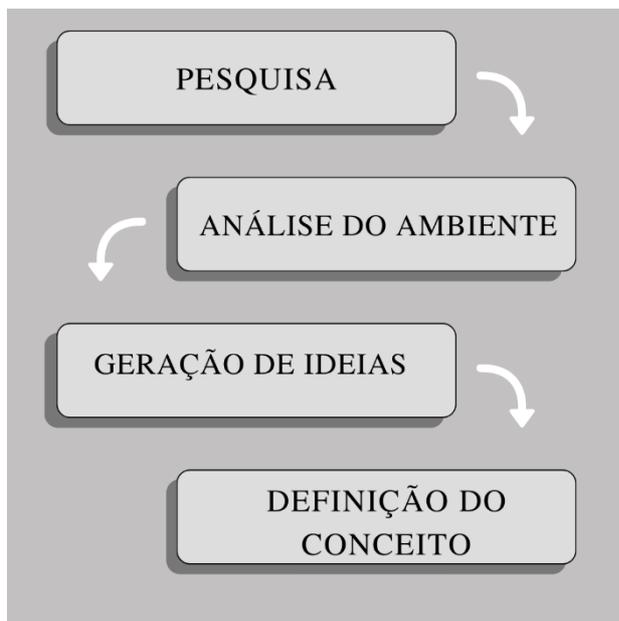
A respeito das práticas contábeis, a informação das referidas DCASP foi extraída do Sistema de Contabilidade Geral do Estado de Goiás (SCG), cuja gestão encontra-se sob responsabilidade da Superintendência Contábil da Secretaria de Estado da Economia, nos termos do inciso XIV do art. 5º do Decreto Estadual nº 9.06947, de 10 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 19.55048, de 15 de dezembro de 2016. O seguinte quadro, retirado do relatório, demonstra as normas contábeis aplicadas às demonstrações, de acordo com suas Instruções de Procedimentos Técnicos (IPCs).

3.2 Criando um Visual Apelativo

Para criar uma estratégia de releitura, a partir das características propostas pela literatura a respeito dos RFPs, buscou-se atender aos itens expostos no Item 2.2 deste trabalho (Uso de gráficos e tabelas; Relatório acessível; Menor detalhamento das informações, Relatório Breve; Foco no cidadão e Linguagem Simples). Para Lencastre *et al.* (2007), o leiaute influencia o indivíduo leitor na primeira impressão com o conteúdo, de forma que, a clareza visual possui poder de prestígio na busca pela leitura e entendimento do relatório aqui apresentado.

Para tal, adotou-se a estratégia aconselhada pela literatura, utilizando ilustrações, cores diferentes e quadros para simplificar a complexidade do material, para a proposta de leiaute, foi adotada uma linguagem simples. Dessa forma, utilizou-se da metodologia para criação de identidade visual proposta por Teixeira *at. al* (2012):

Figura 14 – Metodologia para criação de identidade visual



Fonte: Adaptado do autor

Conforme instruído pelo autor, foi feita uma pesquisa da identidade do Estado de Goiás, a fim de chamar atenção do leitor a partir de aspectos da aparência em que já estejam habituados. Seguindo a recomendação da literatura, conforme disposto no item 2.2 deste trabalho, concluiu-se que as cores principais do leiaute proposto seriam: (1) Verde; (2) Amarelo; (3) Azul e (4) Branco. Esta abordagem teve a participação de uma profissional de Comunicação Social, que julgou adequado a utilização destas cores como predominantes na versão simplificada do objeto de estudo.

Para o autor, a análise de ambiente considera o público ao qual a informação está sendo direcionada, de forma que, esta etapa da metodologia está em conformidade com a característica “Foco no cidadão” encontrada na literatura (Cohen & Karatzimas, 2015). Neste sentido, em conjunto com profissionais de contabilidade, foram catalogadas as informações que estarão presentes na releitura do material, tendo como base o objeto do estudo aqui tratado. De forma que, a relevância da informação aos cidadãos foi o objeto de fragmentação dessas informações.

No processo de geração de ideias, a partir das informações coletadas do relatório, foi identificado a forma como elas seriam apresentadas na nova versão. Nesta etapa, as diretrizes apontadas pela literatura a respeito do leiaute (Item 2.2 deste trabalho) foram o foco da criação da apresentação simplificada. Neste sentido, levamos em consideração os critérios apresentados no Quadro 4 para a versão simplificada sugerida.

Quadro 4 – Critérios de criação a luz da literatura RFPs

Critério	Ação
Menor detalhamento das informações	Colocamos como objetivo deste relatório a prestação de contas, de modo que utilizamos os tópicos: (1) Receitas Realizadas e Despesas Empenhadas; (2) Destinação dos Recursos arrecadados;
Relatório Breve	Reduzimos dados de um relatório de 461 páginas, para algumas páginas de prestação de contas.
Foco no cidadão	Transmitimos as informações que, em conjunto com profissionais contabilistas, julgamos focadas no cotidiano dos cidadãos.
Linguagem simples	Em conjunto com uma profissional de comunicação, desenvolvemos uma linguagem simples e de fácil entendimento a partir dos dados coletados do relatório objeto de estudo.
Uso de Tabelas e Gráficos	Nas páginas, utilizamos tabelas e gráficos para demonstração dos dados coletados, conforme a literatura direciona.

Fonte: Adaptado

Nesta etapa, foram feitos testes em parceria com a profissional de comunicação social a respeito das ideias de apresentação das informações. Adicionalmente, estipulou-se que, para o leiaute, foi utilizada a plataforma Canva ®. Por fim, o processo de definição do conceito foi a consolidação do trabalho executado nas demais fases do planejamento do novo visual do objeto de estudo, de forma que:

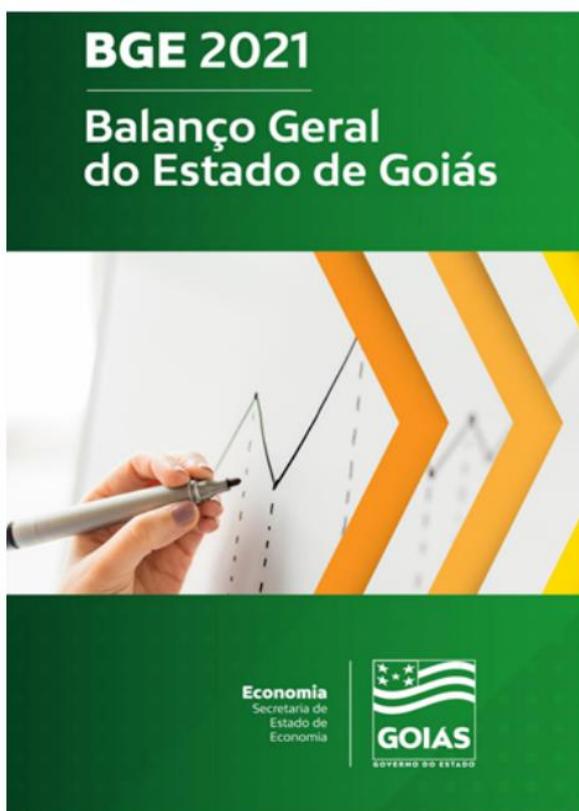
- Em conjunto com a profissional de comunicação social, estipulou-se a linguagem, as cores e a forma de apresentação das informações.

- Solidificou-se o conteúdo a ser exposto na versão simplificada, em conjunto com profissionais contabilistas.

4 RESULTADOS

Assim como outros materiais que buscam atingir um público amplo, o RFP precisa ser pensado a partir desses aspectos, a diagramação deve ser atraente e texto de fácil compreensão. Desta forma, conforme exposto no item 3.2 deste estudo, foi elaborado um leiaute simplificado do Relatório Contábil de Propósito Geral do Estado de Goiás no ano de 2021 (Figuras 15 e 16).

Figura 15 – Capa BGE Goiás 2021



Fonte: Secretaria da Economia do Estado de Goiás

Figura 16 - Capa RFP Goiás 2021



Fonte: Adaptado BGE 2021

Para a versão simplificada, foram utilizadas as cores principais (1) Verde; (2) Amarelo; (3) Azul e (4) Branco, conforme item 3.2 deste trabalho, em função do visual de identidade do Estado de Goiás. Ao fundo, há a ilustração dos monumentos “Monumento das Três Raças”, “Monumento dos Três Marcos”, “Catedral Senhor Bom Jesus da Lapa” e do fruto típico no Estado de Goiás, pequi. Essas figuras são utilizadas como ferramenta de conexão entre os cidadãos goianos e o material disponibilizado. Há também a representação

do estado de Goiás (mapa), esses são alguns dos instrumentos que foram utilizados para construir um visual apelativo para a reeleitura, conforme aconselhado por Sharp *et al* (1998), Clay (2010), Hermann (2011); Yusuf & Jordan (2015), Jordan *et al.* (2016) em sua literatura.

A Próxima página do relatório no leiaute RFP que foi produzida, trata das Receitas Realizadas e Despesas Empenhadas entre os anos de 2020 e 2021, o Anexo 13 do Balanço Financeiro de 2021 (Figuras 17 e 18)

Figura 17 – Receitas Realizadas

RECEITA ORÇAMENTÁRIA		ANO 2020		ANO 2021	
		(Em Mil)	R\$	(Em Mil)	R\$
		(a)	(b)	(b)	(b)
A)	ORDINÁRIA	20.494.351		25.044.747	
B)	VINCULADA	8.969.550		9.801.475	
B.1)	Receitas Vinculadas à Educação	2.568.143		3.259.456	
B.2)	Receitas Vinculadas à Saúde	538.350		504.279	
B.3)	Receitas Vinculadas ao RPPS	2.885.184		2.951.392	
B.4)	Receitas Vinculadas à Assistência Social	61.027		3.830	
B.5)	OUTRAS DESTINAÇÕES DE REC. VINC.	2.916.846		3.082.518	
B.5.01)	Convênios, Ajustes e Acordos	36.286		143.680	
B.5.02)	Cota Parte CIDE	27.055		18.191	
B.5.03)	Cota Parte FEP	12.245		23.090	
B.5.04)	Operações de Crédito	35.354		1.802	
B.5.05)	Receitas de Alienação de Ativos	5.145		143.770	
B.5.06)	Receitas Vinculadas aos Depósitos Judiciais	5		42	
B.5.07)	Receitas Vinculadas a Fundos Especiais	2.359.533		2.529.704	
B.5.08)	Recursos Vinculadas ao Trânsito	181.710		150.172	
B.5.09)	Transferências União (Correntes)	25.042		10.691	
B.5.10)	Transferências União (Capital)	43.710		21.014	
B.5.11)	Transferências Receitas Prê-Sal	0		0	
B.5.12)	Recursos Enfrentamento COVID	428		132	
B.5.13)	Demais Destinações Rec. Vinc.	190.335		40.231	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A + B)		29.463.901		34.846.222	

Figura 18 – Despesas Empenhadas

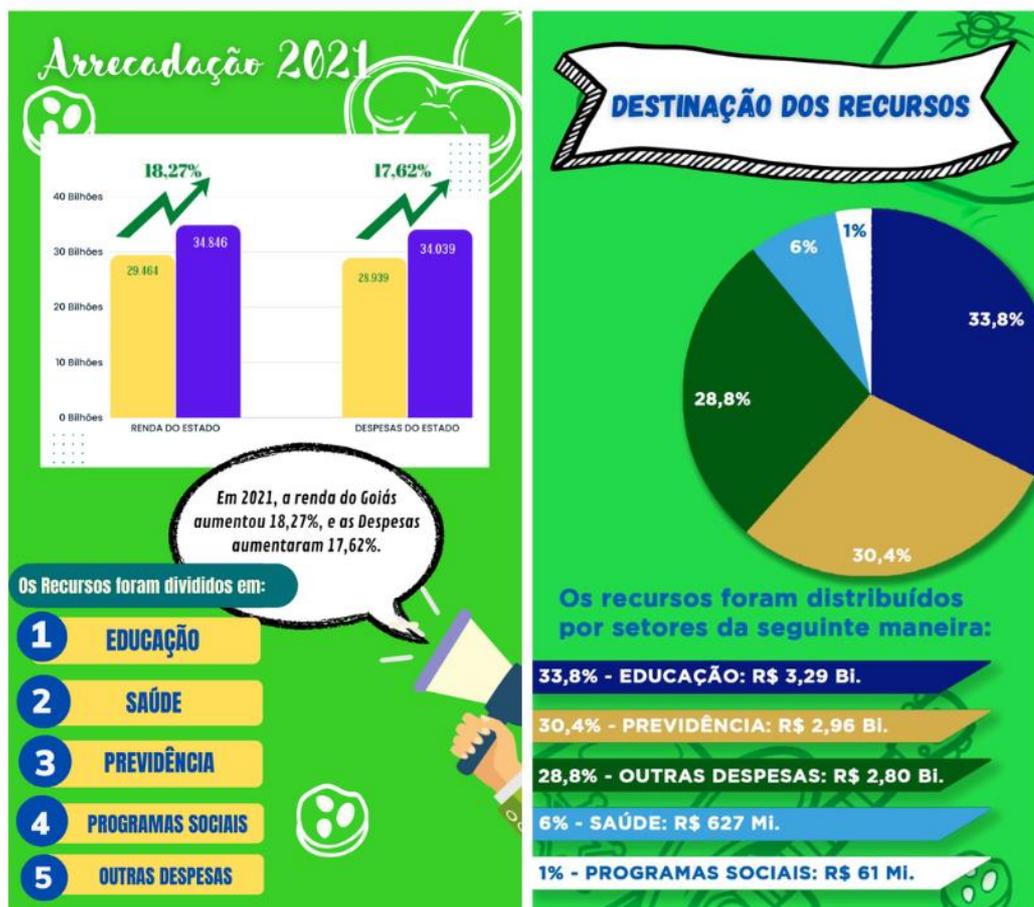
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		ANO 2020		ANO 2021	
		(Em Mil)	R\$	(Em Mil)	R\$
		(a)	(b)	(b)	(b)
A)	ORDINÁRIA	21.391.081		24.279.162	
B)	VINCULADA	7.548.315		9.759.888	
B.1)	Receitas Vinculadas à Educação	2.372.733		3.297.892	
B.2)	Receitas Vinculadas à Saúde	314.008		627.897	
B.3)	Receitas Vinculadas ao RPPS	2.760.303		2.966.202	
B.4)	Receitas Vinculadas à Assistência Social	65.148		61.031	
B.5)	OUTRAS DESTINAÇÕES DE REC VINC	2.036.123		2.806.865	
B.5.01)	Convênios, Ajustes e Acordos	70.042		144.460	
B.5.02)	Cota Parte CIDE	29.188		21.174	
B.5.03)	Cota Parte FEP	3.138		23.204	
B.5.04)	Operações de Crédito	35.525		27.897	
B.5.05)	Receitas de Alienação de Ativos	-		23.000	
B.5.06)	Receitas Vinculadas aos Depósitos Judiciais	-		-	
B.5.07)	Recursos Vinculados a Fundos Especiais	1.357.721		2.337.707	
B.5.08)	Recursos Vinculados ao Trânsito	191.800		144.322	
B.5.09)	Transferências União (Correntes)	6.388		6.170	
B.5.10)	Transferências União (Capital)	1.489		20.920	
B.5.11)	Transferências Receitas Prê-Sal	-		-	
B.5.12)	Recursos Enfrentamento COVID	186.908		36.537	
B.5.13)	Demais Destinações Rec. Vinc.	153.924		21.472	
C)	OUTRAS DESTINAÇÕES DE REC.	817.684		805.006	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (A + B + C)		29.757.080		34.844.057	

Fonte: Secretaria da Economia do Estado de Goiás

Utilizando as informações trazidas nestes demonstrativos de Receitas e Despesas, foram elaboradas duas páginas do modelo simplificado, conforme Figuras 19 e 20:

Figura 19 – Arrecadação 2021 RFP

Figura 20 – Destinação de Recursos 2021 RFP



Fonte: Adaptado BGE 2021

Nas Figuras 19 e 20, buscou-se transformar as informações de demonstrativos financeiros técnicos e de difícil compreensão, para páginas com simples entendimento. Segundo Clay (2007), a apresentação de dados comparativos, leiaute atrativo e o uso de elementos gráficos podem contribuir para disseminação adequada e interesse pelos usuários. Para estas páginas, foram utilizados como artifícios: gráficos (Hermann, 2011), menor detalhamento das informações (Clay, 2007), linguagem Simples (Oliveira *et al.*, 2018) e foco no cidadão (Cohen & Karatzimas, 2015).

Foram extraídas, das Despesas Vinculadas (Figura 16), e do Relatório de Execução Física-Financeira das ações e Programas do Estado de Goiás no ano de 2021, as informações referentes à Educação no ano de 2021 (Receita e destinação da Receita). Adicionalmente, consultando a coluna “Eficácia Física por Ação (d)” do relatório oficial, foi possível retirar a média de eficácia no ano de 2021 nos programas vinculados à Educação, conforme exposto nas Figuras 21 e 22.

Figura 21 – Relatório Programas Educacionais 2021

IXO: GOIÁS DA **EDUCAÇÃO PLENA**
 OBJETIVO ESTRATÉGICO: **EDUCAÇÃO PARA O MERCADO**
 PROGRAMA: 1004 - **CIENTISTAS TRANSFORMANDO GOIÁS**
 UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS: 3161 - **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS - FAPEG**
 RESULTADO ESPERADO: Maior número de pesquisadores e de produções científicas

Execução Físico-Financeira das Ações do Programa:

Cód.	Ação Nome	Produto/Unidade	Metas Físicas		Eficácia Física por Produto c=b/a
			Prevista(a)	Realizada(b)	
2005	PESQUISA EM CTI	7560 - BOLSA DE DOUTORADO CONCEDIDA / NUMERO	100,00	201,00	200,00%
		7561 - BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA CONCEDIDA / NUMERO	10,00	97,00	200,00%
		7563 - BOLSA DE MESTRADO CONCEDIDA / NUMERO	100,00	240,00	200,00%
		7567 - BOLSA DE PÓS-DOUTORADO CONCEDIDA / NUMERO	10,00	16,00	160,00%
		9102 - BOLSA DE PESQUISA EM ÁREA ESTRATÉGICA CONCEDIDA / NUMERO	7,00	10,00	142,86%
		9724 - PROJETO DE PESQUISA EM ÁREAS ESTRATÉGICAS IMPLEMENTADO / NUMERO	4,00	4,00	100,00%
		9725 - PROJETO DE PESQUISA EM CT&I IMPLEMENTADO / NUMERO	40,00	28,00	70,00%
TOTAL DO PROGRAMA					

Fontes: Produto/unidade e meta física prevista: SIPLAM (conforme §§ 4º e 5º do Art. 9º da Lei nº 20.755, DE 28/01/2020)
 Meta física realizada: informada pelos Órgãos/Entidades.
 Metas financeiras: SiolNet.

Figura 22 – Educação – Resumo de 2021



Fonte: Secretaria da Economia do Estado de Goiás

Fonte: Adaptado BGE 2022

Ao adaptar a apresentação das informações contidas no relatório objeto de estudo deste trabalho, para um leiaute simplificado, com artifícios visuais, linguagem simples e menos informações, buscou-se trazer um maior entendimento por parte dos cidadãos comuns a respeito do que foi exposto no Balanço Geral do Estado de Goiás de 2021, já publicado periodicamente pelo estado aos cidadãos.

De acordo com Del Gesso *et al.* (2020), a relação administração pública-cidadão tem evoluído progressivamente de um relacionamento unidirecional para uma interação bidirecional, já que os cidadãos assumiram tanto o papel de participantes ativos na processos de governança e de coprodutores de serviços. Neste sentido, verifica-se que ações como esta podem contribuir com o desenvolvimento da participação cidadã.

Desta forma, verifica-se que, conforme já exposto neste trabalho, este tipo de adaptação faria “traduções” aos cidadãos comuns a respeito do que já é periodicamente

exposto pelos entes federados (Bracci, Biondi & Kastberg, 2021) à população. Desta forma, a expectativa é que, com o desenvolvimento de pesquisas relacionados aos RFPs, ocorra a inserção de um relatório simplificado ao rol de demonstrativos de publicação obrigatórios aos Estados (listados no Item 2.1 deste estudo), ampliando o grau de transparência dos governos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma releitura dos balanços gerais publicados pelos entes federados brasileiros à luz da literatura de relatórios financeiros populares (RFPs), a partir da experiência do Balanço Geral do Governo do Estado de Goiás relativo ao exercício financeiro de 2021, utilizando ferramentas de design gráfico e contando com a ajuda de profissionais tanto da área de contabilidade pública como da área de comunicação social.

A revisão normativa e da literatura mostrou que os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil são o de fornecer informação sobre a entidade que sejam úteis para os usuários dos relatórios contábeis para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, e que os relatórios de gestão anuais governamentais são legalmente reconhecidos como a base primária do ciclo de responsabilização pública, devendo seu conteúdo tanto informações financeiras (quantitativas) como de desempenho (qualitativas) das ações governamentais, ambas essenciais para uma adequada avaliação em termos de responsabilização pública.

Foi apresentado que a estruturação dos balanços gerais que deve ser observada pelos entes federados brasileiros está normatizada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e demais legislações que regulam o tema da perspectiva da administração pública, e que a maioria dos relatórios contábeis governamentais elaborados pelos entes federados brasileiros estão atrelados às exigências dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Partindo do entendimento de que, quanto mais a informação for entendida pelos cidadãos, de forma mais precisa, mais a comunicação conscientizará os cidadãos a respeito do uso dos recursos públicos, e auxiliará a participação desse cidadão no processo decisório do patrimônio público, foi considerado que os RFPs se apresentam como um instrumento complementar de divulgação de informação financeira mais adequado ao cidadão, já que procuram usar um vocabulário simples e compreensível pelo público em geral.

Explorando as experiências internacionais e nacionais dos RFPs, foram analisados diversos modelos simplificados da exposição das contas governamentais, dos quais pode-se observar que embora comprometidos com a finalidade de simplificação, ainda falham em transmitir aos usuários relatórios com as características apresentadas pela literatura como diretrizes para a geração de RFPs. A quantidade de representações reforçou a ambição dos governos ao redor do mundo em transformar informações técnicas em uma representação simples, a fim de trazer ao corpo social traduções das prestações de contas usuais.

A partir das diretrizes apresentadas na revisão literária, foi elaborada uma versão alternativa do Balanço Geral do Estado de Goiás, objeto de estudo deste trabalho (461 páginas), que traz consigo um peso em informações técnicas, demonstrativos contábeis e muitas informações que não estão focadas no cidadão. Neste sentido, em conjunto com profissionais contabilistas e da área de comunicação, criou-se um leiaute simplificado, seguindo os parâmetros extraídos da literatura, conforme itens 2.2 e 2.3 desta pesquisa.

Diante do exposto, concluímos que a literatura já desenvolvida a respeito dos RFPs trouxe benefícios com o desenvolvimento da ideia de representações simplificadas das contas públicas. A geração de informação diretamente ao povo deve ser um dos focos dos entes federados, conforme descrito na revisão literária, criando um caminho de transparência e efetiva participação social. Ao mostrar a viabilidade de se desenvolver uma proposta de RFP a partir de um relatório oficial que periodicamente é publicado para atender a exigências legais, a expectativa é que os relatórios financeiros populares passem também a compor o rol de relatórios governamentais a serem divulgados pelos entes federados brasileiros.

REFERÊNCIAS

Alves, F. D., & Friedrich, D. B. (2017). O necessário empoderamento do cidadão à efetivação das políticas públicas no Brasil: a contribuição do capital social à efetiva participação nos instrumentos democrático-participativo-deliberativos/The necessary empowerment of the citizen... *Revista de Direito da Cidade*, 9(2), 725-753.

Ancker, JS, Senathirajah, Y., Kukafka, R., & Starren, JB (2006). Características de projeto de gráficos na comunicação de risco à saúde: uma revisão sistemática. *Jornal da Associação Americana de Informática Médica*, 13(6), 608-618.

ANDRADE NETO, Eduardo Belém de Andrade. Controle Social: O que você tem a ver com isso? *Politize!*, 12 set. 2018.

Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224.

Baekgaard, Martin, Nicola Belle, Søren Serritzlew, Mariafrancesca Sicilia e Ileana Steccolini. 2019. “Desempenho Informação na política: como enquadramento, formato e retórica importam para as preferências dos políticos”. *Jornal de Administração Pública Comportamental* 2 (2):1–12.

Bairral, M. A. D. C. (2013). *Transparência no setor público: uma análise do nível de transparência dos relatórios de gestão dos entes públicos federais no exercício de 2010*.

Ballard, Andrew (2019): *Promovendo o uso de informações de desempenho por meio da visualização de dados: evidências de um experimento, avaliação pública de desempenho e gestão*.

Barddal, F. M. E., & Torres, R. L. (2020). *Efetividade da participação cidadã nos conselhos municipais de Curitiba*. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12.

Biancone, P.P., Secinaro, S. & Brescia, V. (2016) *The popular financial reporting: focus on stakeholders-the first European experience*. *International Journal of Business and Management*, 11(11), 115–125.

Biondi, L., & Bracci, E. (2018). *Sustainability, popular and integrated reporting in the public sector: A fad and fashion perspective*. *Sustainability*, 10(9), 1–16.

Bracci, E., Biondi, L., & Kastberg, G. (2021). *Citizen-centered financial reporting translation*. *Financial Accountability and Management*.

Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990

Brasil. Decreto nº 10.35 de 21 de maio de 2020. *Presidência da República: Brasília, DF, P. 08*. 21 de maio de 2020, Edição 96, Seção 1.

Brasil. Decreto nº 7.788 de 15 de agosto de 2012. *Presidência da República: Brasília, DF, P. 05*. 16 de agosto de 2012, Edição 159, Seção 1.

Brasil. Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020. *Tribunal de Contas da União: Brasília, DF, P. 98*. 30 de abril de 2020, Edição 82, Seção 1.

BRASIL. Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: <Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Brasil. Lei nº 8.472 de 07 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. *Presidência da República: Brasília. DF*.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Brasil. Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016. *Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Brasília, DF, P. 25*. 08 de maio de 2020, Edição 1, Seção: 1.

Brasil. Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020. *Ministério da Cidadania: Brasília. DF, P. 17*. 30 de abril de 2020, Edição 82, Seção: 1.

Brasil. Portaria nº 378, de 7 de maio de 2020. Ministério da Cidadania: Brasília, DF, P. 113. 08 de maio de 2020, Edição 87, Seção: 1.

Brasil. Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Norma Operacional Básica do SUAS 2012. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2006). As formas de responsabilização na gestão pública. *Responsabilização na administração pública*. São Paulo: Clad/Fundap.

Bronstein, M. M., Fontes, J. R., & Pimenta, G. A. (2017). Organização dos Conselhos Municipais: governança e participação da sociedade civil. *Interações (Campo Grande)*, 18, 89-102.

Cabral, L. D. M. (2020). Movimento ocular e desafios cognitivos na compreensão de Relatórios Populares (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

CALDERÓN, C. s., & Lorenzo, S. n. (2010). Open Government: Gobierno Abierto. Alcalá la Real: Algón Editores

CAMPBELL, Cory (2018). Civil Society and Governance in Canada Challenges, Opportunities, & the Case for CrossSectoral Collaboration.

Castro, D. A. S. N. D. (2016). A atuação articulada do controle social e do controle externo e o fortalecimento do controle da administração pública.

Célérier, L., & Cuenca Botey, L. E. (2015). Participatory budgeting at a community level in Porto Alegre: a Bourdieusian interpretation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*.

CFC 2016. NBC TSP – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

Chaves, F. D. P., & Albuquerque, Í. P. P. R. (2019). Conceitos sobre a administração pública e suas contribuições para a sociedade. *Caderno de Administração*, 13(1).

Clay, J. A. (2007). Popular reporting. *Government Public Relations: A Reader*

Clay, J. A. (2010). Appendix H: Recent collaboration practice literature. *Strategic Collaboration in Public and Nonprofit Administration: A Practice-Based Approach to Solving Shared Problems*, 343.

Clay, J. A. (2010). Appendix H: Recent collaboration practice literature. *Strategic Collaboration in Public and Nonprofit Administration: A Practice-Based Approach to Solving Shared Problems*, 343

Clay, P. M., & Olson, J. (2008). Defining " fishing communities": vulnerability and the Magnuson-Steven fishery conservation and management act. *Human Ecology Review*, 143-160.

Coelho, M. C., da Cruz, F., & Neto, O. A. P. (2011). A informação contábil como ferramenta de auxílio no exercício do controle social. *Contabilidade Vista & Revista*, 22(3), 163-184.

Cohen, S., Mamakou, X.J. & Karatzimas, S. (2017) IT-enhanced popular reports: analyzing citizen preferences. *Government Information Quarterly*, 34(2), 283–295.

Cohen, S., & Karatzimas, S. (2015). Traçando o futuro da reportagem no setor público: introduzindo a reportagem popular integrada. *Revista Internacional de Gestão do Setor Público*.

DA ECONOMIA, S. DO E.; DE GOIÁS, G. DO E. Balanço Geral do Estado de Goiás - BGE 2021. [s.l: s.n.].

DA FAZENDA, S. Prestação de Contas Anual Simplificada 2021. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/relatorio_simplificado_2021.pdf>. Acesso em: 21/12/2022 às 13:01.

da Silva, P. C., de Lima Fedato, G. A., de Almeida, E. I., & de Almeida, E. A. (2016). Accountability e Transparência nos Conselhos municipais de Saúde, Educação e Assistência Social de Sinop-MT. *RAGC*, 4(13).

DE INFORMAÇÕES FISCAIS, D. D. E. C. E.; DA FAZENDA, S. DO E.; DE SANTA CATARINA, G. Balanço Cidadão 2021 ESTADO DE SANTA CATARINA. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/8/SC_Balanco_Cidadao_2021.pdf>. Acesso em 20/12/2022 às 15:02.

de Melo, M. R. (2022). *Em defesa da democracia brasileira: pelo alargamento da democracia*. Editora Dialética.

de Oliveira Gonçalves, A., Bilhim, J. D. A. F., de Rezende, R. B., & de Souza Gonçalves, R. (2021). Accountability and social control: how the process works. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15, e166382-e166382.

de Souza, G. J., & Ferreira, J. R. (2020). Impactos do Novo Regime Fiscal nos Investimentos Públicos em Infraestrutura do Governo Federal. In *Anais do Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*.

Del Gesso, C., & Romagnoli, L. (2020). Citizen-centered reporting: assessing popular financial reporting practice in Italian decentralized governments. *International Journal of Business and Management*, 15(2), 1-16

Enke, E. L. (1967). *Governmental accounting reports for the citizen*. University of Illinois at Urbana-Champaign.

Ferry, L., & Eckersley, P. (2015). Budgeting and governing for deficit reduction in the UK public sector: act three ‘accountability and audit arrangements. *Public Money & Management*, 35(3), 203-210.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e controle social na Administração Pública. *Revista Temas de Administração Pública*, Araraquara, v. 8, n. 1, 2013.

GASB Government Accounting Standards Board. About the Gasb.

Gomes, E. G. M. (2003). *Conselhos gestores de políticas públicas: democracia, controle social e instituições* (Doctoral dissertation).

GOVERNMENT OF THE GAMBIA. **2022 Citizens' Budget**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <file:///C:/Users/karicruz/Downloads/2022-Citizens-Budget%20(1).pdf>. Acesso em 22/01/2023 às 01:14.

GOVERNMENT OF GHANA. **2021 Citizens' Budget**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://mofep.gov.gh/sites/default/files/budget-statements/2021-Citizens-Budget_v2.pdf>. Acesso em: 24/01/2023 às 13:12.

Hermann, K. R. (2011). Creating an excellent popular financial report. *Government Finance Review*, 27(5), 41-44.

Hibbard, JH, Peters, E., Slovic, P., Finucane, ML, & Tusler, M. (2001). Fazendo saúde relatórios de qualidade de cuidados mais fáceis de usar. *The Joint Commission Journal on Quality Improvement*, 27(11), 591-604.

Hibbard, JH, Slovic, P., Peters, E., & Finucane, ML (2002). Estratégias para relatórios informações de desempenho de planos de saúde aos consumidores: evidências de estudos controlados. *Pesquisa de Serviços de Saúde*, 37(2), 291-313.

Hood, C. (1991). A public management for all seasons? *Public administration*, 69(1), 3-19.

Iseul Choi & J. Ramon Gil-Garcia (2021): Diferentes apresentações de informações dedesempenho em sites governamentais afetam a tomada de decisão dos cidadãos? Um experimento depesquisa, *International Public Management Journal*.

John C. Bertot, Paul T. Jaeger, Justin M. Grimes (2010), Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies, *Government Information Quarterly*, V. 27, Issue 3, P. 264-271,

Jordan, M. M., Yusuf, J. E., Berman, M., & Gilchrist, C. (2017). Popular financial reports as fiscal transparency mechanisms: an assessment using the fiscal transparency index for the citizen user. *International Journal of Public Administration*, 40(8), 625-636.

Jordan, M., Yusuf, J. E. W., Mayer, M., Mahar, K. (2016). What citizens want to know about their government's finances: Closing the information gap. *Social Science Journal*, 53(3), 301-308.

Julianne Mahler, Priscilla M. Regan, Crafting the message: Controlling content on agency Web sites, *Government Information Quarterly*, V. 24, Issue 3, 2007, P. 505-521.

JUND Fo, S. E. R. G. I. O. (2008). *AFO-Administração Financeira e Orçamentária*. Elsevier Brasil.

Kettl, D. F. (2000). *The global public management revolution: A report on the transformation of governance*. Brookings Institution Press. Kristin R Eschenfelder, Behind the Web site: An inside look at the production of Web-based textual government information, *Government Information Quarterly*, V. 21, Issue 3, 2004, P. 337-358.

Langella, Anessi-Pessina, Redmayne e Sicilia. 2021. Transparência de relatórios financeiros, compreensão dos cidadãos e participação pública: um estudo experimental de pesquisa.

Leal, D., Troian, A., Silveira, N. S. M., Quispe, J. N., & Goularte, J. L. L. (2018). BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, 10(3).

Lee, M. (2006). The history of municipal public reporting. *Intl Journal of Public Administration*, 29(4-6), 453-476.

Lee, T. D., Lee-Geiller, S., & Lee, B. K. (2020). Are pictures worth a thousand words? The effect of information presentation type on citizen perceptions of government websites. *Government Information Quarterly*, 37(3), 101482.

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 19 jan. 2023.

Lencastre, J. A., & Chaves, J. H. (2007). A importância dos utilizadores no processo de construção de um sítio web educativo.

Lima, D. V., Paiva, K. C. de O. (2019). A Caracterização e a Operacionalização dos Conselhos e sua Atuação na Governança da Previdência Pública Municipal. *Síntese: Revista da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*, V. 13, número 2. P. 70-87.

Lima, D. V., Silva, L. M. V. C. D., & Varão, R. (2022). Introdução de relatórios financeiros populares nos conselhos municipais de saúde do Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(51).

Lopes, J. E. D. M., Ribeiro, R. B., & Cavalcante, P. R. N. (2010). A Informação Contábil à Luz da Teoria da Comunicação. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 1(2), 22-37.

Maia, M. D. N. M. (2013). Autonomia administrativa, financeira e orçamentária: construindo um modelo de gestão estratégica.

Manes-Rossi, F. (2019). New development: alternative reporting formats: a panacea for accountability dilemmas? *Public Money & Management*, 39(7), 528-531.

Marques, F. P. J. A. Governo e democracia digital. Um estudo do perfil das oportunidades de participação oferecidas através de sites do Poder Executivo Federal. IV Encontro da Compolítica–Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 13.

Martins, F. V. D. S. P., & de Lima, D. V. (2021). Directives for public entities' popular financial reporting. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(47), 91-108.

Martins, F. V. de S. P., e Lima, D. V. (2021). Directives for Public Entities' Popular Financial Reporting. *Revista Contemporânea De Contabilidade*, 18(47).

Mele, Valentina; Belardinelli, Paolo: Mixed Methods in Public Administration Research: Selecting, Sequencing, and Connecting, *Journal of Public Administration Research and Theory*, Volume 29, Issue 2, April 2019, Pages 334–347.

MENDES, A. Tempos turbulentos da saúde pública brasileira: os impasses do financiamento no capitalismo financeirizado. São Paulo: Hucitec, 2012

Ministério da Economia da Argentina. PRECUPUESTO CIUDADANO 2023. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.economia.gob.ar/onp/presupuesto_ciudadano/archivos/pc2023.pdf>. Acesso em: 26/01/2023 às 23:12.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS (2013). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Miranda, L. C., de Moura Silva, A. J., Ribeiro Filho, J. F., & da Silva, L. M. (2008). Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo Balanço Orçamentário. *BBR-Brazilian Business Review*, 5(3), 209-228.

Mordecai, L. (2006). The History of Municipal Public Reporting. *International Journal of Public Administration*, 29(4-6), 453-476

Nunes, S. P., & Lima, D. D. (2017). Uma Análise Crítica da Estrutura Conceitual do Setor Público no Brasil. In XVI Congresso de Contabilidade e Auditoria-CICA (Vol. 3, p. 2017).

Oliveira, A., Santos, J.P e Jorge, S.M.F. (2018). Popular Reporting nos Municípios Portugueses? *RIBB – Vol. XVI, nº 31, Enero-Junio*.

Paton, W. A. (1940). Last-in, First-out. *Journal of Accountancy (pre-1986)*, 69(000005), 354.

Piotrowski, Suzanne, Stephan Grimmelikhuijsen e Felix Deat. 2019. “Números sobre Narrativas? Quão As estratégias de mensagens do governo afetam as atitudes dos cidadãos”. *Avaliação de Desempenho e Gestão Pública*42(5): 1005-28.

Prestação de contas Itapebi em Outdoor. Disponível em: <<https://www.itapebiacontece.com/noticia/em-outdoor-paulinho-de-fifia-presta-contas-comunidade-itapebiense>>. Acesso em 21/12/2022 às 14:03.

Reis, I. A., & Torres, R. L. (2020). O Potencial Para A Democracia Participativa Dos Conselhos Municipais De Osasco E A Limitada Participação Cidadã. *Práticas de Administração Pública*, 4(1), 63-83.

Reis, K. (2018a.) Marcos normativos do Sistema Único de Assistência Social. GESUAS. Disponível: <https://www.gesuas.com.br/blog/marcos-normativos-do-suas/>. Acesso em: 10/04/2021.

Reis, K. (2018b). O papel do Conselho Municipal de Assistência Social. GESUAS.

Republic Of Philippines; Department of Budget And Management. People's Proposed Budget 2022. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.dbm.gov.ph/index.php/budget-documents/2022/2022-people-s-budget/2022-people-s-proposed-budget>>. Acesso em: 20/01/2023 às 19:01

Ricci, R. (2004). Contradições na implementação das ações de participação. *Revista espaço acadêmico*, (36), 6-7.

Ricci, R. G. M. S. (2009). Controle social: um conceito e muitas confusões. *Revista Espaço Acadêmico*, 9(98), 09-12.

Rocha, E. (2008). A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. *VAZ, Flávio Tonelli*, 20, 131-148.

Rodrigues, J. D., da Silva, G. D., & de Vargas, S. B. (2021). Popular Reporting à Luz da Teoria da Comunicação: Um Ensaio Teórico. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1).

Santos Junior, O. A. D., & Azevedo, S. D. (2004). Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil* (pp. 286-286).

Santos, O. A., Jr., Ribeiro, L. C., & Azevedo, S. (2004). Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In O.

Sharp, F. C., Carpenter, F. H., & Sharp, R. F. (1998). Popular financial reports for citizens. *The CPA Journal*, 68(3), 34

SILVA, Luiz Paulo Moreira. "O que é gráfico?"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/matematica/o-que-e-grafico.htm>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

Silva, N. L. A. (2015). A instrumentalização do Controle Social por meio do Balanço Patrimonial após a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Steccolini, Ileana. 2004. Is the annual report an accountability medium? An empirical investigation into Italian local governments. *Financial Accountability & Management* 20(3): 327–50.

Teixeira, F. C., SILVA, R. D. D. O., & BONA, R. J. (2012). O processo de desenvolvimento de uma identidade visual. In *Congresso brasileiro de ciências da comunicação da região sul* (Vol. 8).

Terrell, S. R. (2012). Mixed-Methods Research Methodologies. *The Qualitative Report*, 17(1), 254-280.

The United Republic of Tanzania; Ministry of Finance And Planning. A Simplified Version of The Government Budget for The Financial Year 2020/2021. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.mof.go.tz/uploads/documents/en-1646133148-CITIZEN%20BUDGET%20ENGLISH%20VERSION%202020_21_compressed.pdf>. Acesso em: 29/01/2023 às 16:15.

Vesoloski, S. P., Vesoloski, J. F., & Dezordi, E. L. (2020). A garantia ao acesso à informação e à transparência da administração pública frente ao direito do cidadão. *Revista Perspectiva*, 44(166), 75-86.

Wei, T. L., Davey, H., & Coy, D. (2008). A disclosure index to measure the quality of annual reporting by museums in New Zealand and the UK. *Journal of Applied Accounting Research*.

Yusuf, J. E. W. and Jordan, M. M. (2012). Effective popular financial reports: The citizen perspective. *Journal of Government Financial Management*. 61(4), 44-49.

Yusuf, J. E., Jordan, M. M., Neill, K. A., & Hackbart, M. (2013). For the people: Popular financial reporting practices of local governments. *Public Budgeting & Finance*, 33(1), 95-113.

Yusuf, J. E., Jordan, M. M., Neill, K. A., & Hackbart, M. (2013). For the people: Popular financial reporting practices of local governments. *Public Budgeting & Finance*, 33(1), 95-113.

Zanetti, E., & Zart, C. O. (2021). Comunicação: história, componentes, formas e ruídos. *Revista Organização Sistêmica*, 10(18), 27-43.